



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

h20

**Embargos de Declaração na Apelação n. 272.856-5**

Embargantes: Transnordestina Logística S/A

Embargada: Severina Félix da Silva E OUTROS

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**EMENTA:** Embargos de declaração. Suposta contradição quanto ao valor indenizatório. Inexistente. Suposta omissão relativa à necessidade de redução pela metade da verba indenizatória. Não verificada. Culpa concorrente observada para fins de fixação da indenização por danos morais. Omissão quanto à aplicação da taxa Selic. Inexistente. Aplicação de juros de 1% ao mês e correção monetária pela tabela Encoge. Embargos rejeitados por unanimidade.

I - A contradição ensejadora de embargos de declaração é aquela existente entre os termos da própria decisão embargada, ou seja, aquela existente entre os fundamentos utilizados para embasar o julgamento e a sua conclusão e não entre a fundamentação e a tese defendida pela parte.

II - O fato de haver jurisprudência de outros tribunais aplicando valores indenizatórios inferiores não configura qualquer tipo de contradição sanável através de embargos de declaração.

III - O valor indenizatório de R\$50.000,00 já foi fixado pela sentença *a quo* a partir da consideração da culpa concorrente. O voto embargado apenas manteve o entendimento já consolidado pela sentença apelada, mantendo, por consequência o valor indenizatório ali fixado. Portanto, ao contrário do alegado pela embargante, a culpa concorrente foi sim considerada pela decisão embargada para fins de fixação do *quantum* indenizatório.

V - De acordo com a súmula 54 do STJ os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual. A correção monetária, por seu turno,

VI - Nos termos do Enunciado n. 20, aprovado na I Jornada de Direito Civil promovida pelo Conselho da Justiça Federal em setembro de 2002, "a taxa de juros moratórios a que se refere o artigo 406 é a do artigo 161, parágrafo 1º, do Código Tributário Nacional, ou seja, 1% ao mês". Precedentes do STJ nesse sentido.

VII - Embargos rejeitados por unanimidade.

**ACÓRDÃO:** Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos dos Embargos de Declaração n. 272.856-5, em que figuram como partes as acima indicadas, **ACORDAM** os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco que compõem a 3ª Câmara Cível, unanimemente, em rejeitar os embargos de declaração na conformidade do relatório, voto e ementa que integram este julgado.

Recife,

**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**  
Desembargador Relator



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

**Embargos de Declaração na Apelação n. 272.856-5**

Embargantes: Transnordestina Logística S/A

Embargada: Severina Félix da Silva E OUTROS

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**RELATÓRIO**

Cuido de embargos de declaração opostos por Transnordestina Logística S/A contra acórdão prolatado nos autos da apelação cível por ela anteriormente interposta.

O cerne do debate envolve a apuração da responsabilidade por acidente ferroviário envolvendo trem da Transnordestina que causou a morte do esposo de Severina Félix da Silva e genitor dos demais embargados.

O acórdão embargado foi assim ementado (fl. 375):

*APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ATROPELAMENTO EM VIA FÉRREA. CULPA CONCORRENTE. AUSÊNCIA DE SINALIZAÇÃO ADEQUADA ALIADA À AUSÊNCIA DE DEVIDA ATENÇÃO DA VÍTIMA NO MOMENTO DA TRAVESSIA. VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS MANTIDO. APELAÇÃO NÃO PROVIDA POR UNANIMIDADE.*

*I - Nos casos em que incide a responsabilidade objetiva é dispensada a prova da culpa, restando, porém, à parte autora o dever de demonstrar o nexo causal entre o dano experimentado pela vítima e a conduta ilícita da concessionária de serviço público.*

*II - Restaram devidamente evidenciadas a ausência de sinalização adequada na linha férrea onde ocorreu o acidente, bem como a ausência de passarela para travessia de pedestres. Ademais, inexistia, no local do acidente, muro, cerca, cancela ou qualquer outro meio de segurança que impedisse a passagem de pedestres e prevenisse a ocorrência de acidentes.*

*III - A inexistência de sinalização adequada e de proteção da malha ferroviária, caracterizam a culpa da concessionária. Por outro lado, constata-se ter a vítima, também, contribuído para a eclosão do acidente, uma vez ter agido com imprudência ao atravessar a linha férrea sem a devida atenção.*

*IV - Como demonstrado pelos relatos testemunhais e o Boletim de Ocorrência, a vítima era deficiente auditiva e não ouviu os sinais sonoros emitidos pelo maquinista do trem e nem os gritos de alerta das pessoas que se encontravam próximas ao local do acidente.*

*V - Reconhecimento da culpa concorrente pelo evento danoso*

*VI - Indenização por danos morais mantida em R\$ 50.000,00.*

*VII - Recurso não provido por unanimidade.*

**Embargos de Declaração (fls. 383/395): Sem preliminares. No mérito, a Transnordestina alega, inicialmente, ter sido o julgado**

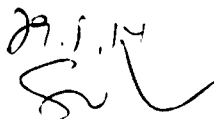
contraditório em relação ao valor dos danos morais por ter sido arbitrado em valor excessivo, bem como em relação ao termo inicial dos juros de mora. Alega ainda ter sido a decisão omissa: **a)** quanto à necessidade de redução pela metade da verba indenizatória, uma vez reconhecida a culpa concorrente; **b)** quanto à necessidade de aplicação da taxa SELIC como índice de atualização do valor indenizatório; **c)** quanto à idade limite para recebimento da pensão mensal.

Com base nesses argumentos, pugnam pelo provimento do presente recurso, com o devido esclarecimento dos supostos pontos omissos.

**Contrarrazões (fls. 408/411):** defendendo a manutenção integral da decisão embargada.

É o relatório. Feito independente de pauta.

Recife,



**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**  
Desembargador Relator

**TJPE****GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL****Embargos de Declaração na Apelação n. 272.856-5**

Embargantes: Transnordestina Logística S/A

Embargada: Severina Félix da Silva E OUTROS

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**VOTO**

***Quanto à alegada contradição no valor dos danos morais e quanto à suposta omissão relativa à necessidade de redução pela metade da verba indenizatória***

Inicialmente, a Transnordestina alega ter sido o julgado contraditório em relação ao valor da indenização por danos morais, por ter sido fixado em patamares superiores àqueles usualmente aplicados pelos tribunais no julgamento de casos semelhantes ao presente.

A bem da verdade, a contradição ensejadora de embargos de declaração é aquela existente entre os termos da própria decisão embargada, ou seja, aquela existente entre os fundamentos utilizados para embasar o julgamento e a sua conclusão e não entre a fundamentação e a tese defendida pela parte.

Nesse sentido já se manifestou o STJ:

*EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.139.011 - RS (2009/0086774-0) RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ EMBARGANTE : GUIOMAR DA CUNHA RUFFONI E OUTROS ADVOGADO : MIRIAM WINTER E OUTRO (S) EMBARGADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS PROCURADOR : LUIZ FELIPE RITTER E OUTRO (S) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. EFEITOS INFRINGENTES. INVIABILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.*

*[...]*

*A contradição ensejadora dos declaratórios deve ser aquela verificada no bojo do decísium embargado, ou seja, aquela existente entre os fundamentos utilizados para embasá-lo e a sua conclusão, e não entre a fundamentação e a tese defendida pela parte.*

*[...]*

*Na hipótese, mostra-se infundada a alegação de existência de contradição, uma vez que a fundamentação da decisão embargada encontra-se em perfeita congruência com o resultado final do julgamento*

*[...]*

*Publique-se. Intimem-se. Brasília (DF), 16 de setembro de 2010. MINISTRA LAURITA VAZ Relatora (STJ - EDcl no REsp: 1139011 , Relator: Ministra LAURITA VAZ, Data de Publicação: DJ 28/09/2010) (original sem destaques)*

Na hipótese, não houve qualquer tipo de contradição, pois a fundamentação do voto embargado está em perfeita harmonia com o resultado final do julgamento.

O fato de haver jurisprudência de outros tribunais aplicando valores indenizatórios inferiores não configura qualquer tipo de contradição sanável através de embargos de declaração.

Ainda em relação à indenização por danos morais, a Transnordestina alega ter sido o julgado omissivo em relação à necessidade de redução pela metade da verba indenizatória, em decorrência do reconhecimento da culpa concorrente.

Na verdade, o valor indenizatório de R\$50.000,00 já foi fixado pela sentença *a quo* a partir da consideração da culpa concorrente. Vejamos:

***"Dessa forma, tendo em vista a responsabilidade da demandada e da vítima, com culpa concorrente, cumpre analisar a questão acerca do quantum indenizatório.***

***Utilizando dos postulados da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como pelas circunstâncias dos autos, fixo o quanto indenizatório no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais)" (original sem destaques).***

O voto, portanto, apenas manteve o entendimento já consolidado pela sentença apelada, mantendo, por consequência o valor indenizatório ali fixado. Vejamos:

***Desta maneira, é imperioso o reconhecimento da culpa concorrente pelo evento danoso, a qual não exonera a concessionária da obrigação, mas reduz o montante indenizatório.***

O TJSP já se manifestou nesse sentido. Senão vejamos:

***Responsabilidade civil. Acidente ferroviário. Atropelamento por trem. Culpa concorrente da vítima, que teve acesso à ferrovia por meio de uma abertura no muro que a cercava, apesar da existência de uma passarela para pedestres próxima ao local do acidente. Redução, pela metade, do valor da indenização por danos materiais. danos morais fixados em cem salários mínimos. sentença de improcedência reformada. ação parcialmente procedente. Recurso parcialmente provido. (9232800032007826 SP 9232800-03.2007.8.26.0000, Relator: Nestor Duarte, Data de Julgamento: 23/04/2012, 34ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 26/04/2012) (destaquei)***

E mais,

***ACIDENTE DE VEÍCULO - Reparação de danos - Atropelamento de trem - Caracterização de culpa concorrente - Passagem clandestina - Ausência de obstáculo à travessia da linha em área urbana e populosa - Indenização devida - Recurso parcialmente provido. (1609260520078260100 SP 0160926-05.2007.8.26.0100, Relator: Melo Bueno, Data de Julgamento: 04/04/2011, 35ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 08/04/2011) (destaquei)***

Também no mesmo sentido a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

***DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. ACIDENTE FERROVIÁRIO. VÍTIMA FATAL. CULPA CONCORRENTE. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS.1. O STJ firmou entendimento no sentido de que há culpa concorrente entre a concessionária do transporte ferroviário e a vítima, seja pelo atropelamento desta por composição ferroviária, hipótese em que a primeira tem o dever de cercar e fiscalizar os***

417  
(

**limites da linha férrea, mormente em locais de adensamento populacional, seja pela queda da vítima que, adotando um comportamento de elevado risco, viaja como "pingente". Em ambas as circunstâncias, concomitantemente à conduta imprudente da vítima, está presente a negligência da concessionária de transporte ferroviário, que não se cerca das práticas de cuidado necessário para evitar a ocorrência de sinistros.** 2. Por não se enquadrar como excludente de responsabilidade, a concorrência de culpas não é suficiente para afastar o dever da concessionária de transporte ferroviário de indenizar pelos danos morais e materiais configurados. 3. A fixação do valor da compensação pelos danos morais deve balizar-se entre a justa composição e a vedação do enriquecimento ilícito, levando-se em consideração o critério da proporcionalidade, bem como as peculiaridades de cada espécie. Precedentes. 4. A pensão mensal fixada, a título de danos materiais, à luz do disposto no art. 945 do CC/02, é devida a partir da data do evento danoso em se tratando de responsabilidade extracontratual, até a data em que o beneficiário - filho da vítima - completar 25 anos, quando se presume ter concluído sua formação. Precedentes. 945CC/025. A incidência do 13º salário e das férias remuneradas acrescidas de 1/3 na indenização pelos danos materiais somente é viável ante a comprovação de que a vítima fazia jus a esses benefícios na época do sinistro. Precedentes. [...]

9. Recurso especial parcialmente provido, com o afastamento da incidência da multa prevista no art. 557, § 2º, do CPC. 557§ 2º CPC (1139997 RJ 2009/0091125-9, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 15/02/2011, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 23/02/2011) (destaquei)  
E ainda,

**"DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ATROPELAMENTO EM VIA FÉRREA. CULPA CONCORRENTE. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.**

1. "Neste Superior Tribunal de Justiça, prevalece a orientação jurisprudencial no sentido de que é **civilmente responsável, por culpa concorrente, a concessionária do transporte ferroviário pelo falecimento de pedestre vítima de atropelamento por trem em via férrea, porquanto incumbe à empresa que explora essa atividade cercar e fiscalizar, devidamente, a linha, de modo impedir sua invasão por terceiros, notadamente em locais urbanos e populosos.** Embargos de divergência não conhecidos. (REsp 705.859/SP, Rei. Min. Castro Filho, Segunda Seção, julgado em 13.12.2006, DJ 08.03.2007.)." 2. Recurso especial conhecido e parcialmente provido. (REsp 437195-SP; Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA (1127); T4 - QUARTA TURMA; 19/06/2007) (destaquei).

**Evidenciado o dever indenizatório por danos morais, passo ao exame do valor a ser arbitrado a esse título.**

Como sabido, a valoração do dano moral deve levar em consideração, de acordo com o critério da moderação e da razoabilidade, aspectos como: a situação econômica do causador do dano; seu grau de dolo ou culpa; sua conduta frente ao lesado, após o ato ilícito; as consequências do ato ilícito; a situação econômica do lesado e sua conduta, à época do fato e o caráter pedagógico da medida, no sentido de estimular o ofensor à não reincidir no ilícito praticado.

No caso, ponderando sobre a situação econômica do causador do dano, identifico ser empresa de recursos e poderio econômico, não se mostrando correto arbitrar o quantum indenizatório em patamares ínfimos, pois não teria qualquer impacto educativo sobre a ofensora.

Por outro lado, a indenização não pode ser fixada de maneira exorbitante, seja para evitar enriquecimento ilícito, seja para não imputar à demandada uma obrigação desarrazoada.

**De acordo com o entendimento do STJ, é possível modificar o valor da indenização por danos morais fixados em instâncias inferiores se ele houver sido fixado em valores exorbitantes ou insignificante. Em relação a isso, destaco o seguinte julgado:**

**AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DANOS MORAIS. QUANTUM INDENIZATÓRIO. REDUÇÃO. DESCABIMENTO. VALOR EXCESSIVO. INOCORRÊNCIA.** 1. É entendimento deste Tribunal que o valor do dano moral deve ser fixado com moderação, considerando a realidade de cada caso, sendo cabível a intervenção da Corte quando exagerado ou ínfimo, fugindo de qualquer parâmetro razoável, o que não ocorre neste feito. 2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 955380/SC, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, julgado em 12/02/2008, DJ 25/02/2008 p. 331) (destaquei)

No meu sentir, a indenização fixada pelo juiz de base em R\$ 50.000,00 é razoável e guarda conformidade com a intensidade do acidente e o porte sócio econômico da causadora dos danos e da vítima.

Quanto aos danos materiais, a Transnordestina defende, de maneira genérica, não serem cabíveis por ter o acidente em tela ocorrido por culpa exclusiva da vítima, razão pela qual não existe ato ilícito a ela imputável.

A responsabilidade pelo acidente já foi devidamente apreciada, **restando evidenciada a culpa concorrente pelo evento danoso**. Por essa razão, não merece prosperar a irresignação da Transnordestina também quanto a este ponto.

Portanto, ao contrário do alegado pela Transnordestina, a culpa concorrente foi sim considerada pela decisão embargada para fins de fixação do *quantum* indenizatório.

Nesse contexto, vale destacar que esta Corte de Justiça, notadamente a Terceira Câmara Cível estabelece valores indenizatórios bastante superiores a R\$50.000,00 nos casos de acidentes com vítima fatal envolvendo pessoa jurídica, como ocorrido no caso dos autos.

Sendo assim, não há que se falar em qualquer contradição ou omissão no tocante à fixação da verba indenizatória.

#### **Quanto ao termo inicial dos juros de mora**

Ainda em suas razões recursais, a Transnordestina alega ter sido o voto contraditório quanto ao termo inicial dos juros de mora.

Segundo defende, se a correção monetária, nos termos da súmula 362 do STJ, só incide a partir do arbitramento, os juros de mora também deveriam seguir esse mesmo marco inicial.

Mais uma vez não assiste razão aos argumentos da Transnordestina.

Quando se trata de relação extracontratual como na hipótese em tela, os juros moratórios fluem a partir do evento danoso conforme previsão do art. 398, do Código Civil, *in verbis*:

**Art. 398. Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde que o praticou.** (original sem destaques)

A propósito, trata-se de questão já sumulada pelo STJ, como demonstra a súmula 54 adiante transcrita:

**STJ Súmula nº 54 - 24/09/1992 - DJ 01.10.1992**

**Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual.** (original sem destaques)

Não há, portanto, qualquer contradição quanto ao termo inicial de fluência dos juros de mora.

4/8

1

**Quanto à necessidade de aplicação da taxa SELIC como índice de atualização do valor indenizatório;**

Na sequência, a Transnordestina defende ter sido o voto omissivo quanto à necessidade de aplicação da taxa SELIC como índice de atualização do valor indenizatório.

Na verdade, a referida questão não foi objeto do recurso apelatório, mas por se tratar de matéria de ordem pública passo a apreciá-la.

A referida matéria é objetivo de grandes discussões no STJ.

Conforme notícia veiculada no site dessa Corte<sup>1</sup> em 8 de agosto de 2013, há duas correntes opostas quanto à taxa dos juros moratórios a que se refere o 406 do Código Civil de 2002:

***Em precedentes relatados pela ministra Denise Arruda (REsp 830.189) e pelo ministro Francisco Falcão (REsp 814.157), a Primeira Turma do STJ entendeu que a taxa em vigor para o cálculo dos juros moratórios previstos no artigo 406 do CC é de 1% ao mês, nos termos do que dispõe o artigo 161, parágrafo 1º, do Código Tributário Nacional (CTN), sem prejuízo da incidência da correção monetária.***

***Em precedentes relatados pelos ministros Teori Zavascki (REsp 710.385) e Luiz Fux (REsp 883.114), a mesma Primeira Turma decidiu que a taxa em vigor para o cálculo dos juros moratórios previstos no artigo 406 do CC é a Selic. (original sem destaques)***

Como se observa, a discordância ocorre dentro da própria Primeira Turma, pois alguns ministros entendem que a taxa em vigor para o cálculo dos juros moratórios é a de 1% ao mês, em razão do disposto no art. 161, §1º do CTN e outros entendem deva ser aplicada a taxa Selic.

A referida notícia destacou o posicionamento do Ministro Luis Felipe Salomão no julgamento do REsp 1.081.149 ao qual me filio e passo a transcrever por ser bastante completo e didático:

***Luis Felipe Salomão reconhece que a taxa em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional é a Selic, mas entende que sua aplicação em dívidas civis não constitui "diretriz peremptória incontornável prevista no Código Civil", sendo apenas um parâmetro a ser adotado na falta de outro específico previsto para determinada relação jurídica, como, por exemplo, o que há para dívidas condominiais (artigo 1.335, parágrafo 1º, do CC).***

***"Não obstante, parece claro que o artigo 406 do CC não encerra preceito de caráter cogente, tanto é assim que confere prevalência às estipulações contratuais acerca dos juros moratórios ('quando os juros moratórios não forem convencionados, ou o forem sem taxa estipulada') e a estipulações legais específicas, deixando expressa a subsidiariedade da incidência dessa taxa", ressalta o ministro.***

<sup>1</sup> [http://www.stj.jus.br/portal\\_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=110825](http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=110825). Acesso em 03/04/2014



Mesmo discordando da aplicação da Selic em indenizações civis, ele consignou em seu voto ter aplicado tal entendimento em julgamento ocorrido na Segunda Seção para evitar o "pernicioso dissídio jurisprudencial interno", mas ressaltou sua posição contrária à "aplicação indiscriminada da Selic".

#### Proposta

**Com base no Enunciado 20, aprovado na I Jornada de Direito Civil promovida pelo Conselho da Justiça Federal em setembro de 2002, o ministro propõe que o STJ adote a utilização de índice oficial de correção monetária ou tabela do próprio tribunal local, somado à taxa de juros de 1% ao mês (ou 12% ao ano), nos termos do artigo 161 do Código Tributário Nacional (CTN).**

O referido enunciado dispõe que "a taxa de juros moratórios a que se refere o artigo 406 é a do artigo 161, parágrafo 1º, do Código Tributário Nacional, ou seja, 1% ao mês".

**O mesmo enunciado, que possui caráter orientador da interpretação dos artigos, dispõe que a utilização da taxa Selic como índice de apuração dos juros legais não é juridicamente segura, porque impede o prévio conhecimento dos juros; não é operacional, porque seu uso será inviável sempre que se calcularem somente juros ou somente correção monetária; é incompatível com a regra do artigo 591 do novo Código Civil, que permite apenas a capitalização anual dos juros, e pode ser incompatível com o artigo 192, parágrafo 3º, da Constituição Federal, se resultarem juros reais superiores a 12% ao ano.**

**"Independentemente de questionamento acerca do acerto ou desacerto da adoção da Selic como taxa de juros a que se refere o artigo 406 do Código Civil, o fato é que sua incidência se torna impraticável em situação como a dos autos, em que os juros moratórios fluem a partir do evento danoso (Súmula 54) e a correção monetária em momento posterior (Súmula 362)", destaca o ministro em seu voto.**

#### Oscilação

anárquica

Para o relator do recurso afetado à Corte Especial, é exatamente pelo fato de englobar em sua formação tanto remuneração quanto correção, que a Selic não reflete, com perfeição e justiça, o somatório de juros moratórios e a real depreciação da moeda – que a correção monetária visa recompor pelos índices de inflação medida em determinado período.

**"A Selic não é um espelho do mercado; é taxa criada e reconhecida com forte componente político – e não exclusivamente técnico –, que interfere na inflação para o futuro, ao invés de refleti-la, com vistas na economia de um período anterior e na projeção para os próximos meses, em consonância também com as metas governamentais", entende**  
Salomão.

**Para balizar sua proposta, o ministro incluiu em seu voto um minucioso estudo sobre a taxa de juros paga com a utilização da Selic desde 2003 e constatou que sua adoção na atualização de dívidas judiciais conduz a uma oscilação anárquica dos juros efetivamente pagos pela mora.**

"Constata-se, por exemplo, o pagamento de juros a 12,31% ao ano em 2005, contra o irrisório 1,30% ao ano em 2012, períodos em que a inflação foi praticamente idêntica (5,69% e 5,84% a.a.), respectivamente", analisou o relator.

**Para ele, a adoção da Selic para efeitos de pagamento tanto de correção monetária quanto de juros moratórios pode conduzir a situações extremas: por um lado, de enriquecimento sem causa ou, por outro, de**

619

**incentivo à litigância habitual, recalcitrância recursal e desmotivação para soluções alternativas de conflito, ciente o devedor de que sua mora não acarretará grandes consequências patrimoniais.**

*"Aliás, como as dívidas judiciais são atualizadas mensalmente, e não anualmente, há registros de meses em que a Selic ficou abaixo de índices oficiais que medem exclusivamente a inflação, o que significa juros negativos e que, em boa verdade, nesse período, foi o credor que pagou juros ao devedor, o que não se sustenta", ressaltou o ministro em seu voto.*

*Para Luis Felipe Salomão, a adoção da Selic na relação de direito público alusiva a créditos tributários ou a dívidas fazendárias é inquestionável, mas não há motivos para transpor esse entendimento para relações puramente privadas, nas quais se faz necessário o cômputo justo e seguro de correção monetária e juros moratórios, "atribuição essa que, efetivamente, a Selic não desempenha bem".*

Como se observa, o Ministro Luis Felipe Salomão teceu diversas considerações objetivas para justificar a não adoção da taxa Selic como taxa de juros a que se refere o artigo 406 do Código Civil.

Dentre elas, considero merecedora de destaque a seguinte conclusão: **independentemente das discordâncias envolvendo o acerto ou desacerto da adoção da Selic como taxa de juros moratórios, o fato é que sua incidência se torna impraticável nos casos em que os juros moratórios fluem a partir do evento danoso (Súmula 54) e a correção monetária em momento posterior (Súmula 362).**

Essa me parece a justificativa mais evidente, e portanto de mais fácil compreensão quanto à impossibilidade de aplicação da Selic. Afinal, não há como compatibilizar os entendimentos sumulados pelo STJ, quanto ao termo inicial de fluência dos juros moratórios e da correção monetária, com a aplicação da taxa Selic, já que ela engloba os dois mencionados encargos.

Ademais, como demonstrado pela transcrição supra, o posicionamento do Ministro tomou por base o **Enunciado 20, aprovado na I Jornada de Direito Civil promovida pelo Conselho da Justiça Federal em setembro de 2002**, o qual dispõe que **"a taxa de juros moratórios a que se refere o artigo 406 é a do artigo 161, parágrafo 1º, do Código Tributário Nacional, ou seja, 1% ao mês"**. (original sem destaques)

Assim, concordo com a proposta do Ministro Luis Felipe Salomão para que seja adotada a utilização de índice oficial de correção monetária ou tabela do próprio tribunal local, somado à taxa de juros de 1% ao mês (ou 12% ao ano), nos termos do artigo 161 do CTN.

No caso, a sentença *a quo* está em sintonia com o posicionamento acima exposto, por ter determinado a incidência de juros moratórios de 1% ao mês a partir do evento danoso e de correção monetária pela tabela do ENCOGE, a partir da data do arbitramento. Logo, não há nada a ser modificado nesse particular.

Faço ver já ter decidido em sentido contrário quanto à matéria em análise, tendo, contudo, modificado meu posicionamento a partir das novas manifestações do STJ.

### **Quanto à idade limite para recebimento da pensão mensal**

Por último, a Transnordestina defende ter sido o julgado omissivo quanto à necessidade de redução da idade limite para recebimento da pensão mensal.

Nesse contexto, defende deva ser o pagamento da pensão realizado até a data em que a vítima completasse 65 anos de idade e não 70 anos como fixado pela sentença *a quo*.

Em que pese a irresignação da embargante, a referida matéria não foi alegada no recurso apelatório por ela interposto. Naquela oportunidade, limitou-se a defender, genericamente, o não cabimento do pensionamento mensal sem expor quaisquer argumentos quanto ao termo final de tal obrigação (fls. 280/281).


Assim, como a aludida questão não foi devolvida a Esta Corte de Justiça e nem se trata de matéria de ordem pública, não poderia ter sido apreciada pelo voto embargado e nem pode ser analisada neste momento processual, sob pena de configuração de inovação recursal.

Logo, por questões de lógica processual, não houve qualquer omissão do voto embargado quanto ao tema acima mencionado.

Em face do exposto, **REJEITO** os presentes embargos de declaração, mantendo a decisão embargada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife,



**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**  
Desembargador Relator